



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos 03 de setembro de 2015, às 19h20min, nas dependências do Espaço Portal do Futuro, localizado na Rua Marcolina Caetana Chaves, nº 150, Bairro Sítio Cercado, Curitiba, Paraná, nos Procedimentos Administrativos sob nºs MPPR-0046.12.005437-7, 0046.12.005381-7, 0046.12.005433-6, 0046.12.008453-1, 0046.12.005386-6, tiveram início os trabalhos de Audiência Pública, sob a presidência do Promotor de Justiça, Dr. Régis Rogério Vicente Sartori. **PARTICIPANTES:** Assinalou-se a presença da comunidade local, conforme lista em anexo, e dos seguintes órgãos públicos e representantes: a) Administração Regional Bairro Novo/ Sítio Cercado: Sr. Pedro Clailton Pelanda, Administrador Regional; b) COHAB-CT: Sr. Ubiraci Rodrigue, Diretor Presidente (ausente), representado pelo Sr. Maio K. Nakai, Supervisor Técnico e pelas Assistentes Sociais Samira A. Boava, Tatiely C. Santos; c) Secretaria Municipal da Defesa Social: Sr. Claudio Frederico Carvalho: Diretor (ausente), representado pelos Srs. Silvío Aal Junior, Inspetor e Luiz E. Manfredini, Supervisor; d) FAS: Sra. Rosângela de Barbara da Silva, Presidente; e) CAIXA ECONOMICA FEDERAL: Sr. George Chaves e Sra. Jeane Maruno, Coordenadores; f) Procuradoria Geral do Município, Joel Macedo Soares Pereira Neto, Procurador Geral do Município (ausente); g) SANEPAR: Mounir Chawiche, Diretor Presidente, (ausente), representado pelo advogado, Dr. Fernando Massardo, e pelo Engenheiro Eduardo Pegorini; h) Instituto Ambiental do Paraná, Luiz Tarcísio Mossato Pinto, Diretor – Presidente (ausente), representado por Edilaine Vieira, Chefe - ERCDA; i)



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

Secretaria Municipal do Meio Ambiente: Renato Eugênio de Lima, Secretário (ausente), representado por Roygler Hartmann, Gerente de Fiscalização. Inicialmente, o Presidente declarou aberta a Audiência Pública agradecendo a presença da comunidade e dos representantes dos órgãos convidados. Fez um breve histórico das Audiências realizadas na região. O Presidente destacou os seguintes assuntos a serem abordados, conforme a pauta: a) Conjunto Habitacional Moradias Novo Bairro, I, II, III e IV e Conjunto Habitacional Moradias Parque do Iguaçu I, II e III: acompanhamento da conclusão das obras, entrega das unidades habitacionais e a construção dos equipamentos públicos; b) Segurança Pública: câmeras de segurança; c) SANEPAR: poluição/odor na região da Estação de Tratamento de Esgoto-Padilha Sul. O Presidente esclareceu aos presentes que embora exista a pauta estabelecida, nada impede que outras demandas sejam apresentadas ao final da audiência. Antes de passar aos assuntos da pauta, o Dr. Régis passou a palavra ao Sr. Paulo Henrique, representante do SESC, o qual informou a todos que ali estavam a área de atuação do SESC, e os serviços oferecidos à comunidade, além das atividades de cidadania. Destacou a oportunidade de concessão de bolsas de estudos às crianças e adolescentes na instituição de ensino Colégio São José, lembrando que as matrículas se encerram no dia 11/09/2015, bem como que o acesso ao Colégio é gratuito desde que preenchidos os critérios determinados. O representante do SESC encerrou sua fala agradecendo a presença das lideranças locais. O Presidente iniciou a discussão sobre o primeiro item da pauta, sobre o andamento da construção dos equipamentos públicos para atender aos moradores dos Conjuntos Habitacionais Moradias Novo Bairro, I, II, III e IV e Parque do Iguaçu I, II e III, explicando aos presentes sobre a necessidade de tais equipamentos, como escolas, CMEIs e unidades de saúde para atender os moradores. A Sra. Crecia Albano – Agente



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

Comunitária, se manifestou para reclamar sobre a falta de unidades de saúde na região, pois há somente a Unidade de Saúde Osternack, mas não consegue atender toda a demanda. Em seguida, fez uso da palavra o Sr. Andreilino A. da Silva, informando sobre a falta de profissionais de saúde nas unidades de saúde, principalmente na Unidade Sagrado Coração. Ainda, participaram sobre a temática saúde, a Sra. Suzana, que informou que tem uma filha especial, e não consegue agendar consultas e a Sra. Sara, que alegou que falta medicação. O Sr. Francisco Ramos, liderança local, revelou a falta de vagas escolares nos CMEIS para atender aos moradores do Novo Bairro. o Sr. José alegou a qualidade do transporte escolar é deficitário, e as crianças são colocadas em risco diariamente. A Sra. Arlinda M. dos Santos (Associação de Moradores da Vila Osternack) fez uso da palavra para ressaltar que desde início da construção dos conjuntos habitacionais, já ressaltavam a necessidade da construção de novos equipamentos públicos. O Presidente retomou a palavra e informou aos presentes que em relação à educação, já existe procedimento instaurado para acompanhar tais demandas na Promotoria de Justiça da Educação, e nas questões relacionadas à saúde serão analisadas para os encaminhamentos necessários. O Sr. Pedro Pelanda, fez uso da palavra, agradecendo a presença dos notificados. O Sr. Rubens “Querido”, representante da Associação Conjunto Prata, informou que existe uma ação tramitando contra a CEF requerendo a devolução do seguro pago durante 25 (vinte e cinco) anos, e nunca foi utilizado, pelos moradores do conjunto. Presidente orientou ao referido Sr. Rubens, para que ao final da audiência informar seus dados para contato e orientações. O Promotor de Justiça retomou a palavra, e deu continuidade ao próximo item da pauta, qual seja, “câmeras de segurança”. O Sr. Rubens fez uso da palavra questionando sobre previsão para instalação de câmeras nas Unidades de Saúde, pois têm ocorridos



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

muitos assaltos aos usuários. O Sr. José se manifestou informando que a Unidade básica de Saúde Bairro Novo funciona apenas até às 22 h, pois os funcionários estão com medo de trabalhar até mais tarde devido a falta de segurança. A Sra. Palmira Oliveira, representante do CONSEG, relatou que diversas câmeras não estão funcionando. O Promotor de Justiça solicitou ao Supervisor Manfredini da SMDS, para que esclarecesse aos presentes sobre os fatos. O Supervisor fez uso da palavra e informou que o contrato com a empresa Afluir, que ganhou a licitação para instalação e manutenção das câmeras de segurança, foi encerrado em outubro de 2014. Que devido a isso não houve mais manutenção nas mesmas, mas que estão firmando um “convênio” com a Aeronáutica, para tal finalidade. O Presidente perguntou se existe prazo para o conserto das câmeras e o Supervisor Manfredini respondeu que em 30 (trinta) dias consegue restabelecer quase a totalidade dos serviços. Neste momento, o Supervisor foi interrompido pelo Inspetor Luis, que alertou que talvez não seja possível consertar as câmeras nesse prazo. O Promotor questionou o Supervisor sobre a possibilidade de instalação de novas câmeras e foi esclarecido que para isso precisa ser um estudo de viabilidade e disponibilidade orçamentária. A Sra. Palmira questionou sobre a reserva de câmeras e foi esclarecida pelo Sr. Manfredini que tais câmeras já foram usadas para substituir as danificadas. O Sr. Rosinei B. Jacumasso, Presidente da Associação Comercial do Sítio Cercado e região – ASCOMNSIT, reclamou sobre a falta de segurança, também sobre a dificuldade em ser atendido pela polícia, pois os policiais alegam que não há viaturas, questionando qual será a solução, pois os presidentes de associações são cobrados diariamente pela população, quanto aos crimes e perturbação da paz. Questionou ao Capitão José Renato Micrute, representante da Polícia Militar, sobre qual melhor medida para aproximar a população da polícia e como poderiam ser melhores atendidos quando são vítimas



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES


de alguma violência. O Capitão esclareceu que em caso de necessidade deve ser acionado o 190, pois só assim a polícia toma conhecimento dos delitos que vitimam a população. O Presidente questionou ao Capitão sobre a possibilidade de tornar mais ágil o atendimento à população e o Capitão esclareceu aos presentes que a sede do Batalhão é de livre acesso para aqueles que precisam. Que 190 é o melhor caminho, esclareceu também que a polícia trabalha 24h na proteção da população, agem por prioridades, quando há vidas em riscos, esses atendimentos devem ter prioritariamente. O Sr. José questionou ao Capitão quantas viaturas a polícia militar possui para atender a população do Bairro Novo – Sítio Cercado, sendo respondido pelo Capitão que existem 10 (dez) viaturas. A Sra. Palmira informou que a Polícia Militar possui apenas 03 (três) viaturas, 02 (dois) módulos e 02 (duas) motos para atender a população do Sítio Cercado, cuja população é de aproximadamente 185 mil habitantes. A Assistente Social da COHAB, Sra. Samira Boava, fez uso da palavra e informou aos presentes que o serviço social da COHAB está atendendo todas as famílias residentes nos novos empreendimentos. O Presidente retomou a palavra, e como encaminhamento da questão relacionada ao atendimento do 190 e do barulho na região do Bairro Novo – Sítio Cercado, serão remetidos ao Comando da Polícia Militar. O Promotor iniciou o último item da pauta, qual seja, forte odor na região Conjunto Residencial Parque Iguaçu I, II, e III. A Sra. Edilaine Vieira – IAP, se manifestou, explicando aos presentes que a licença ambiental da SANEPAR está vigente e que a mesma cumpre a legislação. Nesse momento entregou ao Promotor o Ofício 549/2015, o qual determinou sua juntada aos autos de Procedimento Administrativo MPPR-0046.12.00538-7. O Sr. Francisco questionou sobre um aparelho que seria colocado para retirar o forte odor, sendo esclarecido pela Sra. Elaine que não existe aparelho, mas produtos que são usados para tal finalidade. O Engenheiro Pegorini – SANEPAR esclareceu

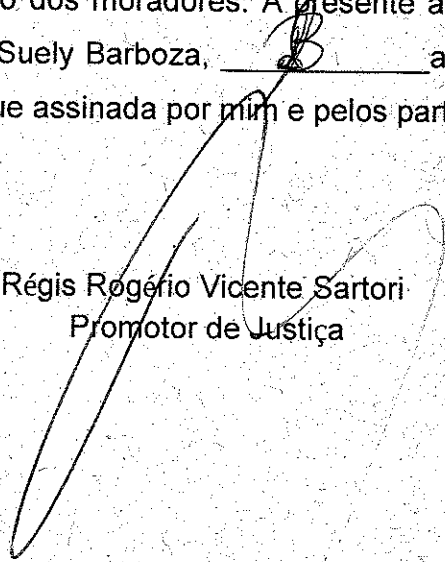


MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

aos presentes que a SANEPAR tem investido para melhorar o odor nas proximidades, mas que devido ao fato da região ficar próxima ao Rio Iguaçu e Ribeirão dos Padilhas, e que questões climáticas influenciam na produção do odor, além disso deve ser verificado as ligações de esgoto irregulares e que, seus dejetos são despejados nos rios. O Engenheiro prestou esclarecimentos técnicos aos presentes. Em relação ao tema, como encaminhamento o Presidente informou aos presentes que o procedimento e demais documentos relacionados serão analisados e caso seja o entendimento, poderá ser encaminhado à Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente. O Sr. Roygler Hartmann, Gerente de Fiscalização – SMA, esclareceu aos presentes que existe a possibilidade dos moradores solicitar isenção da taxa de esgoto, desde que comprovem que possuem o equipamento próprio para fazer a limpeza adequada. O Presidente encerrou a Audiência agradecendo a participação dos moradores. A presente audiência encerrou-se às 21h15min. Eu, Aparecida Suely Barboza,  assessora jurídica, lavrei a presente ata, a qual segue assinada por mim e pelos participantes nominados.


Régis Rogério Vicente Sartori
Promotor de Justiça